

# MARANHÃO JURÍDICO

O informativo da Escola Superior de Advocacia do Maranhão



**Em 2 anos de gestão mais de 11 mil alunos passaram pela Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão**

A OAB Maranhão, por meio da ESA e através da qualificação do profissional em advocacia, promoveu uma grande transformação no cenário jurídico maranhense. Acompanhe nesse relatório anual todo o investimento feito em educação para o advogado maranhense em 2017.

A casa de todos



Professor João Batista Ericeira,  
Diretor Geral da Escola Superior da  
Advocacia do Maranhão

Caro (a) Colega

É com imensa satisfação que colocamos à sua disposição a Revista Maranhão Jurídico. Este exemplar relata as inúmeras atividades desenvolvidas pela Escola Superior de Advocacia-ESA durante o segundo semestre de 2017, para garantir-lhe a atualização nas diversas províncias do Direito. Proseguimos e interiorizamos cursos sobre o Código de Processo Civil, a Reforma Trabalhista, Curso de Processo Judicial Eletrônico, o I Encontro Estadual da Jovem Advocacia, a I Conferência Estadual da Mulher Advogada, o I Congresso Estadual de Direito Penal, Política Criminal e Segurança Pública, realizamos a Conferência Estadual da Advocacia, como medida preparatória a XXIII Conferência Nacional, ponto culminante da atuação da Ordem dos Advogados do Brasil em que a nossa Seccional teve destacada participação.

O ano de 2017 foi marcado pelo início da pós-graduação na ESA, uma aspiração dos advogados maranhenses. No início de 2018 será certificada a turma do Curso de Especialização em Processo Civil, e iniciada nova turma. A equipe da ESA e os advogados do Maranhão estão de parabéns pelas conquistas do ano passado, novas com certeza virão.

Ao longo desses dois anos de gestão, a Escola Superior da Advocacia ministrou cursos em todas as Subseções da Ordem e em mais de uma dezena de Comarcas pelo Maranhão. Em 2016, 5.273 alunos se fizeram presentes em nossas aulas. Em 2017, o número passou para 5.948 alunos presentes, chegando a um total, nesses dois anos, entre advogados e estudantes de direito, a 11.221 alunos qualificados pela ESA em todo o Estado.

Temos realizado a nossa missão institucional e temos a consciência do dever cumprido. Os números de atividades são eloquentes, falam por si próprios. São dados concretos de atuação permanente voltados para a capacitação da advocacia maranhense.

Outros desafios se imporão em 2018 e serão respondidos pelo nosso trabalho coletivo. Juntos seremos mais fortes, juntos somos ESA/OAB - a vontade dos advogados do Maranhão.

## EXPEDIENTE

### Diretoria ESA

João Batista Ericeira  
Diretor Geral

Kaio Vyctor Saraiva Cruz  
Vice-Diretor Geral

Lilianne Maria da Silva Furtado  
Diretora Executiva



Rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº01  
CEP:65076-908 - Calhau  
São Luís, MA - Brasil

Edição e Projeto Gráfico  
Casa de Ideias Comunicação

### Delegados ESA Subseções

Açailândia  
Marcelo Santana dos Santos

Bacabal  
Valmir Henrique Garcia Arraes

Balsas  
Wilton Barros de Oliveira

Barra do Corda  
Karla Ribeiro Barros

Barreirinhas  
Ronald Augusto de Sousa Rocha

Caxias  
Suzana Santos Dias

Codó  
Barbara Cristina Silva Pereira

Coleta e Seleção de Textos  
Lilianne Furtado  
João Batista Ericeira  
Deusianne Rabêlo  
Ivar Souza

Imperatriz  
Paulo Dias de Carvalho Junior

Pedreiras  
Wando Abreu de Sousa

Presidente Dutra  
Lucas Araujo de Castro Santos

Santa Inês  
Eliederson Souza dos Santos

São João dos Patos  
Allysson Carvalho Cruz Brito

Timon  
Leyde Tatiany Mendes

Produção de Conteúdo  
Lilianne Furtado  
João Batista Ericeira  
Yndara Vasques  
Franci Monteles  
Ivar Souza  
Deborah Rafaelly

MBA

TURMA EM  
**SÃO LUÍS - MA**

AULA PRESENCIAL

# MBA Auditoria Digital e Direito Tributário



Coordenação  
**Edgar Madruga**

TURMA CONFIRMADA EM SÃO LUÍS - MA

CARGA HORÁRIA

**480hs**

Descontos exclusivos para associados

Josiane Santos  
josiane.santos@bsspce.com.br  
62 99345-9327



**BSSP**  
CENTRO EDUCACIONAL

MBA

TURMA EM  
**SÃO LUÍS - MA**

AULA PRESENCIAL

# MBA Legislação Trabalhista e Direito Previdenciário



Coordenação  
**Zenaide Carvalho**

TURMA CONFIRMADA EM SÃO LUÍS - MA

CARGA HORÁRIA

**480hs**

Descontos exclusivos para associados

Wanderson Cruz  
wanderson.cruz@bsspce.com.br  
62 99311-8768



**BSSP**  
CENTRO EDUCACIONAL



*Kayo Victor Saraiva Cruz  
Vice-Diretor Geral da Escola  
Superior da Advocacia do Maranhão*

A Escola Superior da Advocacia da OAB Maranhão, nos últimos dois anos, muito tem feito pela qualificação da advocacia. Vários cursos foram ministrados, palestras oferecidas, congressos foram realizados, seminários, atendendo tanto a capital, quanto o interior do Estado, presente em todas as subseções.

Vários convênios e parcerias foram firmados com instituições de ensino, públicas e privadas, com o objetivo de oferecer mais oportunidade de conhecimento a advocacia com excelentes benefícios e vantagens como a pós-graduação realizada em parceria com UFMA na sede da OAB/MA, os descontos oferecidos nas pós-graduações realizadas pelo CEUMA, IPOG, CEST, cursos realizados em Imperatriz na UNISULMA e descontos no mestrado ofertado pelo CECGEP. Valorizando a advocacia, essas e outras instituições de ensino que são comprometidas com a boa qualificação dos aplicadores do direito estão atuando junto a ESA.

Seguindo as lições de Aristóteles, foi criado o projeto ESA NAS SUBSEÇÕES e o projeto JOVEM ADVOGADO PROMISSOR, afinal, “Igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais”. Assim, observando a advocacia do interior, pelas dificuldades de deslocamento e de internet de qualidade, a OAB/MA, através da ESA, como jamais antes visto no Estado, voltou sua atenção às subseções para a realização de cursos, seminários e eventos presenciais em todas elas, voltados a diversas áreas como Processo Judicial Eletrônico, Direito Eleitoral, Direito do Trabalho e a Reforma Trabalhista, Direito Processual Civil e o Novo CPC, inclusive com a transmissão ao vivo, através das redes sociais da OAB/MA, dos eventos realizados em São Luís.

Mais oportunidades de qualificação virão em 2018 em um calendário cheio de atividades em todo o Estado. Nesse mesmo sentido e para atender a quem muito precisa do apoio da OAB e da ESA para uma melhor inserção no mercado de trabalho, que vários cursos foram voltados a Jovem Advocacia. Cursos de empreendedorismo jurídico, de gestão de escritórios, de peticionamento eletrônico e o grande Encontro Estadual da Jovem Advocacia que teve a participação de vários juristas de renome e conhecimento nacional.

Tudo isso tem sido possível, e temos a certeza que muito mais será possível em 2018, porque a gestão do Presidente Thiago Diaz tem como uma de suas prioridades a qualificação da advocacia, com uma boa gestão dos recursos, voltada a melhorias em prol da classe, inclusive com a aplicação de recursos na educação em valor superior aos 3% (três por centos) previstos no Art. 56, II do Regulamento Geral para o Fundo de Cultura e concedendo maior autonomia a Escola para o desenvolvimento de suas atividades.

Assim, certos do apoio irrestrito da Diretoria da casa e engajados para tal, contando com o apoio irrestrito do Presidente Thiago Diaz, nos da ESA reafirmamos o nosso compromisso de trabalho contínuo e incansável com a qualificação da advocacia de todo o Estado Maranhão com um calendário cheio de atividades para 2018, buscando cumprir o papel da Escola Superior da Advocacia de estar cada vez mais próxima e presente na vida do advogado, proporcionando-lhe a valorização da sua principal ferramenta de trabalho, o conhecimento jurídico.

## ▶ INTERIORIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO



A interiorização da qualificação do advogado maranhense é uma das diretrizes da OAB-MA por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA). A atualização do profissional por meio dos cursos de capacitação é essencial para o posicionamento no mercado de trabalho. Assim, já no mês de fevereiro a ESA promoveu curso de Processo Judicial Eletrônico e o novo Código de Processo Civil nas Subseções de Bacabal, Codó, Caxias, Chapadinha e Barreirinhas e na Comarca de Grajaú.

“Buscamos oportunizar ao profissional em advocacia do interior do Estado o máximo em atualização. Esse curso sobre o PJe, bem como sobre o novo Código de Processo Civil, foram o ponto de partida nesse processo de qualificação do advogado maranhense que se estendeu ao longo de todo o ano e passou por todas as Subseções. O advogado não pode parar de qualificar-se como forma de buscar sempre a eficiência e eficácia em sua atividade profissional”, afirmou o Diretor-geral da ESA, professor João Batista Ericeira.



## ▶ AULA INAUGURAL DA ESA: A APLICAÇÃO DO NOVO CPC: “PRIMEIROS RESULTADOS”



A Escola Superior de Advocacia (ESA-MA), em sua aula inaugural, trouxe para São Luís a Dra. Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros para ministrar a palestra “A Aplicação do Novo CPC: Primeiros Resultados” na abertura do ano letivo da escola. Em 2016, a ESA discutiu bem esta temática e em 2017 continuou nesse propósito. A palestra da Dra. Estefânia Viveiros contribuiu para o enriquecimento da advocacia maranhense.

## I ENCONTRO ESTADUAL DA JOVEM ADVOCACIA REÚNE MAIS DE 700 PROFISSIONAIS E ESTUDANTES EM SÃO LUÍS



A capacitação e a valorização do advogado foram temas centrais do I Encontro Estadual da Jovem Advocacia, promovido pela OAB-MA, por meio da comissão de Jovens Advogados. O evento, realizado ontem (16), no início da tarde, no Hotel Luzeiros, em São Luís, contou com a presença do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Lamachia, do presidente da OAB-MA, Thiago Diaz, além de autoridades convidadas, conselheiros federais e estaduais, presidentes e membros de comissões, profissionais da advocacia e estudantes.

Na ocasião, Cláudio Lamachia, que falou a um público de cerca de 700 pessoas, entre profissionais e estudantes no auditório do Luzeiros, disse que a capacitação e a valorização da advocacia são dois pontos fundamentais para a profissão do advogado. “Se nós não estivermos atualizados com a legislação que tem alteração diária, se não estivermos atualizados com a jurisprudência, sem dúvida nenhuma nós estaremos perdendo”, disse Lamachia referindo-se à necessidade da capacitação constante do advogado.



## ▶ INTERIORIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

Em continuidade ao processo de interiorização da qualificação do advogado maranhense, no mês de março, a Escola Superior de Advocacia levou para as Subseções de Santa Inês, Caxias e Pedreiras foram as contempladas com o Curso Itinerante de Atualização em Processo Civil. “Entendemos que o advogado é um eterno estudante e não deve nunca parar de buscar qualificação. Assim, investimos em cursos como esse, em palestras, conferências e seminários para que o advogado maranhense sempre esteja pronto para o mercado de trabalho”, destacou o diretor-geral da ESA, professor João Batista Ericeira.



## ▶ I CONFERÊNCIA ESTADUAL DA MULHER E DA ADVOGADA

Durante dois dias, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), proporcionou debates importantes em torno da temática “Equidade de Gênero, Representatividade e os Desafios da Família Moderna”, tema central da I Conferência Estadual da Mulher e da Advogada. A atividade, organizada pelas Comissões da Mulher e da Advogada e de Direito de Família, além de debater ações para o fortalecimento do empoderamento feminino, debateu também estratégias de combate à violência contra a mulher.



► **I CONGRESSO ESTADUAL DE DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA**



Com o tema “Política Criminal e Segurança Pública em debate: da ideia à concretização”, o I Congresso Estadual de Direito Penal, Política Criminal e Segurança Pública reuniu mais de 600 pessoas nos auditórios do Hotel Luzeiros e foi organizado pelas comissões de Política Criminal e Penitenciária e de Segurança Pública e Cidadania da OAB-MA. No decorrer de dois dias, o público formado por pessoas que atuam nas mais variadas áreas, assistiram a oito palestras ministradas por profissionais reconhecidos nacionalmente pelos trabalhos desenvolvidos e pelas pesquisas científicas no ramo que atuam. “Ao organizar o Congresso pensamos em ofertar apoio técnico especializado, visando à capacitação continuada dos advogados e servidores que oficiam no sistema penitenciário. E, pelo nível do conteúdo apresentado nas palestras durante o evento, o objetivo foi alcançado”, pontou Ana Karolina Sousa de Carvalho Nunes, presidente da Comissão de Política Criminal e Penitenciária.

► **WORKSHOP SOBRE DIREITO PORTUÁRIO**

► **WORKSHOP SOBRE ÁGUA DE LASTRO**



A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), por meio das comissões de Meio Ambiente e Direito Marítimo e Portuário, e em parceria com a Escola Superior de Advocacia (ESA), promoveram o workshop “Água de lastro: Impactos Ambientais e Marítimos na Baía de São Marcos”. A atividade teve por objetivo identificar os problemas e apontar possíveis soluções para os impactos causados pela Água de Lastro no cenário marítimo maranhense que tem um complexo portuário, que reúne três portos, com movimentação significativa e impactos tanto para o meio ambiente quanto para o homem.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio das Comissões de Jovens Advogados (CJA) e de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro (CDPA), e em parceria com a Escola Superior de Advocacia (ESA), trouxe para o advogado em início de carreira, o Workshop sobre Direito Portuário. A atividade foi dividida em dois módulos. O primeiro “Aspectos conceituais e introdutório do Direito Marítimo e Portuário”, ministrado pela professora Fernanda Mendonça, e o segundo “Aspectos Processuais do Direito Marítimo e Portuário” ministrado pelo professor Leon Hassan Costa dos Santos.



▶ **OAB/MA ENTREGA NOVA SEDE DA SUBSEÇÃO DE BACABAL**



A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA) e a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAAMA), entregaram, o prédio da nova sede da Subseção de Bacabal, localizado na Praça Luciano Reis S/N, e tem uma estrutura composta por 04 salas de atendimento aos advogados, sala da presidência, sala da Escola Superior de Advocacia, sala da Caixa de Assistência dos Advogados, auditório com capacidade para até 100 pessoas, além de recepção, copa, banheiros e lanchonete.

▶ **CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PROCESSO CIVIL CHEGA À SUBSEÇÃO DE SÃO JOÃO DOS PATOS**

A Subseção de São João dos Patos da Seccional Maranhense da OAB recebeu entre os dias 26 e 27 de maio o Curso de Atualização no novo Código Processo Civil. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA) seguiu firme em seu propósito de levar qualificação ao advogado maranhense. O curso já havia sido ministrado nas subseções de Chapadinha, Barreirinhas, Caxias, Santa Inês, Codó, Pedreiras, Presidente Dutra, e Barra do Corda.

▶ **JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE**



Preocupadas com o crescente movimento de judicialização do direito à saúde é que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão (CRF-MA), juntamente com o Conselho Federal de Farmácia (CFF) realizaram, no auditório da Ordem o Workshop “A Judicialização na Saúde - Ações de planejamento e gestão sistêmicos com foco na saúde”, visando a redução da judicialização com objetivo de estabelecer estratégias para auxiliar o Estado e os Municípios a diminuírem o número de ações judiciais na saúde, através da gestão sistêmica das redes de trabalho

▶ **FÓRUM DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM**



A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio da Escola Superior de Advocacia, apoia a realização do II Fórum de Mediação e Arbitragem para o Mercado Advocatício, que será realizado no próximo dia 11 de maio, a partir das 08h, em seu auditório. O evento foi uma realização da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da ACM (CBMAE MA), em parceria com a Associação Maranhense de Advogados (AMAD), com o Conselho de Mediação – Resolução de Conflitos (Mediando), e com o Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública (CECGP).



A convite dos professores João Batista Ericeira, o culto e erudito Diretor da ESA/OAB-MA, e de José Rossini Correa, mestre e preclaro filósofo do direito, no último dia 1º de março

tive honra de proferir a aula magna inaugural de abertura do corrente ano letivo da Escola Superior de Advocacia, da Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil.

O tema escolhido como pano de fundo foi os “30 anos da Constituição”, a serem “comemorados” no próximo dia 5 de outubro de 2018; a “desculpa” perfeita para a troca de ideias com um público extremamente qualificado e participativo, como o ludovicense que esteve presente naquela noite chuvosa e agradável, no coração jurídico da “Ilha do Amor”.

Entre caminhos e descaminhos, preferi chamar de “Des-aniversário” da Constituição, para invocar a figura de Lewis Carrol e de Alice no País das Maravilhas, exatamente para dizer que precisamos pensar todos os dias no contexto de existência normativa da Constituição.

Salientei a importância de (re) pensarmos nossa prática cotidiana de arbitrariedades, que poderiam ser exemplificadas pelo uso da discricionariedade nos mais diversos meios, nomeadamente nos meios em que os profissionais do Direito se fazem presentes, e que acabam permitindo o espaço de respiração da discricionariedade, mas apenas quando não reclamamos dela, ou seja, quando não nos prejudica.

Também fiz referência à necessidade e à importância do papel da crítica no Direito, exemplificando com os textos publicados pelo estimado professor Lenio Streck naquela mesma semana, primeiro no questionamento sobre o que “seria uma discricionariedade transparente”<sup>i</sup> (aqui), e depois sobre o esclarecimento sobre a “literalidade da Constituição”<sup>ii</sup> (aqui). Textos louváveis e irrespondíveis. Para parafrasear o professor Lenio: “Bingo. Binguíssimo”.

Em termos gerais, me comprometi a refletir juntamente com aquele público sobre temas áridos, e não foi surpresa alguma a recepção crítica das ideias, com muitas perguntas ao final, todas elas extremamente bem formuladas sobre os pontos centrais da reflexão.

Se a Constituição possui alguma normatividade, e se ela precisa ser inserida em nosso modelo de fontes, é preciso registrar que o Constitucionalismo, na América latina, possui algumas convergências e divergências, em termos de seu desenvolvimento histórico.

As Constituições possuem um ciclo de “vida e morte”, podemos dizê-lo, seja com base na arrojada percepção crítica de Vamireh Chacon<sup>iii</sup>, ou na perspectiva de Roberto Gargarella, o sociólogo e

jurista argentino que cunhou a metáfora sobre a “sala de máquinas da Constituição”, para com isso dizer que temos nos preocupado menos com o aprimoramento dos mecanismos limitativos do poder, e com a participação dos cidadãos na efetiva tomada de decisões, e nos preocupado mais com a reforma e atribuição de novos direitos.

Por isso, não faz sentido falarmos em uma “nova” constituinte, pois seria mais uma vez o “novo” travestido de velho, como tive oportunidade de dizer em artigo que escrevi e referendado pelo professor Lenio Streck<sup>iv</sup>, para asseverar que, baseando-me no pensamento do mesmo jusfilósofo, “é urgente entre nós a adoção de uma postura teórica de unicidade, constitucionalmente renovada, de 4 elementos, sem os quais jamais deixaremos de ser juridicamente atrapalhados: (1) teoria das fontes; (2) teoria da norma; (3) teoria da interpretação; e (4) teoria da decisão”.

“A questão” – disse eu naquela oportunidade – “é bastante simples, pois: se a fonte primacial for o precedente à brasileira (1), e a norma extraída do enunciado normativo (2) for “filtrada” por interpretação e decisão decorrentes de postura conivente com o realismo jurídico-iluminista discricionário (3 e 4), será muito pouco provável que o fruto decorrente desta raiz traga segurança jurídica minimamente tolerável.”

Assim, nem o precedente à brasileira seria a solução, e nem uma “nova” Assembleia Nacional Constituinte. Nada resolverá nossos problemas se não nos dermos conta de que muitas de nossas práticas cotidianas precisam mudar, e que nós não devemos ser como aquelas personagens do famoso conto de Stevenson, que por serem estudantes de medicina, compravam cadáveres para auxiliar no estudo, mas só passaram a achar a prática chocante quando certa vez um dos cadáveres aparentava estar “mais fresco do que de costume”...

No artigo de Gargarella sobre a Sala de Máquinas da Constituição<sup>v</sup> (aqui), o qual tive a honra de traduzir juntamente com Jefferson Carús Guedes, vislumbramos a representação da síntese de sua obra mais ampla, que materializa a pesquisa sobre 200 anos de constitucionalismo latino-americano (1810-2010) vi, e que devem guiar a salva de palmas e o grito de “parabéns” por ocasião da efeméride de 5 de outubro, juntamente com as críticas do professor Lenio Streck.

Portanto, neste grave momento pelo qual passamos, devemos nos preocupar com o acesso à “sala de máquinas” da Constituição, com a utilização da discricionariedade, com a diferença entre texto e norma, com as 4 posturas de unicidade, e com sua normatividade. Este será o maior e melhor presente para as comemorações de seu aniversário.

**Thiago Aguiar de Pádua** - Professor de Direito Constitucional e Civil (UniCEUB e UDF) Doutorando e Mestre em Direito Ex-Assessor de Ministro do STF Advogado Constitucionalista.

▶ **CURSO SOBRE RESPONSABILIDADE CRIMINAL**



A Escola Superior de Advocacia (ESA) realizou um curso sobre Responsabilidade Criminal para profissionais da Ordem atuantes no sistema penitenciário maranhense, estudantes de Direito, Psicologia e Ciências afins. O curso foi ministrado pelo Prof. Christian Costa do Centro de Estudos do Comportamento Criminal (CECCRIM) e abordou o tema “Do ato de matar e suas motivações: O papel do operador do direito no entendimento do comportamento criminal no Tribunal do Júri e da individualização da pena no Sistema Penitenciário”.

▶ **INTERIORIZAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO**

No mês de Junho, a Escola Superior de Advocacia (ESA) retomou o trabalho de levar qualificação ao profissional em advocacia de todo o Maranhão. Nesse mês, as Subseções de Caxias, Presidente Dutra e Barra do Corda, além da Comarca de Coroatá, receberam o curso sobre operacionalização do sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), que também foi ministrado na Capital. No mesmo período, a ESA levou o Curso de Atualização no novo Código Processo Civil para a Subseção de Pinheiro.



▶ **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EMPRESARIAIS**

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA) recebeu dois importantes eventos ligados à mediação e a arbitragem. No dia 14/06, aconteceu o Café da Manhã CONIMA, na sala grande da ESA, e no dia 19/06, o Curso Semipresencial de Mediação de Conflitos Empresariais com o objetivo de capacitar advogados e pessoas para atuarem como mediadores, conciliadores e árbitros junto às Câmaras integrantes da rede CBMAE.



**CONFLITOS EMPRESARIAIS**

Conheça as técnicas de Mediação de Conflitos Empresariais de maneira fácil, rápida e econômica.

**Matrículas Abertas**

Início: 19/06/2017 Presencial: 18,19,20/08/2017  
Local do Presencial: A Definir (ACM-MA, OAB-MA, SEBRAE)

**Introdução:** panorama histórico dos métodos consensuais de solução de conflitos. Legislação brasileira. Resolução CNJ 125/2010. Novo Código de Processo Civil, Lei de Mediação. Formas de resolução de disputas.

**Negociação:** conceito de negociação, o processo de negociação, fases de negociação, o segredo da negociação, o negociador profissional, estratégias vencedoras em negociações, estratégias e táticas negociais, o negociador e seus atributos, ética em negociações, os erros mais comuns no processo decisório e diretrizes e dicas para uma negociação de sucesso.

**Mediação empresarial:** Introdução à mediação empresarial, outros conceitos importantes, os procedimentos da mediação, as técnicas empregadas na mediação, a comunicação, a ética na mediação e o acordo na mediação.

Local: SÃO LUÍS - MA | Carga horária - 80 horas, sendo 60 horas na metodologia EAD; Prática: 20 horas presenciais





## ▶ DIRETOR GERAL DA ESA LANÇA LIVRO NO PROJETO BIBLIOTECA BÁSICA MARANHENSE

Iniciando o mês de julho, o Diretor Geral da Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão (ESA/MA), professor João Batista Ericeira, lançou o livro “A Empresa de Economia Mista e o Desenvolvimento do Maranhão”. O livro faz parte da Coleção Biblioteca Básica Maranhense, de responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado (SECTI). O livro é resultado de uma pesquisa que o professor João Batista Ericeira fez como professor universitário para dissertação de mestrado e teve como inspiração pensar o Maranhão, 40 anos atrás.



## ▶ VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DO PROFESSOR ADVOGADO



Sempre em busca pela qualificação e valorização do profissional da advocacia a OAB Maranhão e a ESA reuniram durante o mês de julho com todos os coordenadores de cursos de Direito das instituições de São Luís para tratar sobre diversos assuntos de interesse da classe além de apresentar a programação da VIII Conferência Estadual da Advocacia. O presidente da Ordem, Thiago Diaz, a diretora tesoureira, Deborah Cartágenes e os diretores da ESA, professor João Batista Ericeira e Liliane Furtado, conduziram a reunião que abordou: a programação da VIII Conferência Estadual de Advocacia do Maranhão, a qualificação do profissional em advocacia, a campanha de valorização do Professor Advogado, Audiência Pública para debater a formação profissional do advogado.

## ▶ ESA MARANHÃO REÚNE COM A ESA/CEARÁ PARA NOVOS PROJETOS



Em busca de melhorar sua plataforma de ensino virtual foi que, na semana passada, a Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão (ESA), na pessoa da sua Diretora Executiva, Liliane Furtado, reuniu-se com a diretoria da Escola Superior de Advocacia do Ceará. A comitiva da ESA/MA foi recepcionada pelo Diretor Tesoureiro, Edson Portela, e pela Gerente Administrativa da ESA/CE, Valéria Bomfim. O encontro propiciou a conjunção de vivências para futuras parcerias entre as duas Escolas, sobretudo, no tocante ao desenvolvimento de uma plataforma de ensino mais moderna para a ESA Maranhão, que possa atender toda a advocacia maranhense, principalmente para levar cursos para as Subseções com qualidade de áudio e vídeo.

## ▶ 27 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A OAB Maranhão, por meio da sua Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente (CDCA), em conjunto com a Escola Superior de Advocacia (ESA), e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou um dia de atividades em comemoração aos 27 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Durante todo o dia, uma unidade do Viva Cidadão, esteve a serviço da comunidade, emitindo 1ª e 2ª via de documentos para filhos e filhas dos advogados e funcionários da OAB/MA na sala da Ouvidoria



## ▶ SEMINÁRIO SOBRE REFORMA TRABALHISTA MARCA ABERTURA DO MÊS DO ADVOGADO NA OAB/MA



Realizado pela OAB/MA, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), O Seminário sobre a Reforma Trabalhista, marcou a abertura das celebrações do mês do Advogado. O evento, que aconteceu ao longo dos dias 02, 03 e 08 de agosto, atraiu centenas de profissionais e estudantes, no auditório da instituição. O primeiro dia teve como palestrante o juiz do Trabalho do TRT da 16ª Região/MA, Paulo Mont'Alverne Frota; o segundo foi marcado pela palestra do jurista Platon Teixeira e em seu encerramento com o Professor Renato Saraiva.



## ▶ CURSO DE ORATÓRIA PARA ADVOGADOS

A Escola Superior de Advocacia (ESA), em parceria com a Caixa de Assistência dos Advogados do Maranhão (CAAMA), trouxe no Mês do Advogado para o curso “Segredos da oratória que todo advogado precisa saber”, com o professor Marcos Soares. O evento contou com o apoio da Comissão de Direito Digital da OAB/MA.



## ▶ PAINEL “DIÁLOGOS SOBRE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM”

Com o título “Diálogos sobre Mediação e Arbitragem”, a OAB/MA, por meio da Comissão de Arbitragem e Mediação, e com o apoio da ESA, reuniu estudantes, advogados e juristas em torno de duas palestras sobre estas duas formas de resolução de conflitos que têm contribuído de forma sistemática para maior celeridade no sistema jurisdicional brasileiro. Com o tema “Arbitragem: Estratégias, vantagens e o poder das escolhas”, o Presidente da Comissão de Arbitragem da OAB/DF e Membro da Comissão Nacional de Arbitragem da OAB, Asdrúbal Júnior, abriu o debate. Em seguida, a Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís, Luzia Neponucena ministrou a palestra “Mediação e aspectos práticos de desjudicialização no Estado do Maranhão”.



## ▶ VIII CONFERÊNCIA DA ADVOCACIA DO MARANHÃO

A abertura da VIII Conferência da Advocacia do Maranhão, no Hotel Luzeiros, foi marcada por uma noite de autógrafos dos livros “Notáveis Advogados”, do professor João Batista Ericeira, e “Considerações sobre a Resolução CNJ N° 125/2010”, da advogada Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino. A sessão de autógrafos foi prestigiada por diversas personalidades do meio jurídico, bem como de outros segmentos, por serem de grande relevância tanto para a advocacia como para a sociedade.



“ É uma obra de extrema relevância para a memória da advocacia brasileira. Foram mencionados advogados de todo o Brasil que tiveram desempenhos notáveis em determinadas fases da vida nacional, sempre atuando na defesa do Estado Democrático de Direito”

Professor João Batista Ericeira  
Diretor Geral da ESA/MA





## VIII CONFERÊNCIA DA ADVOCACIA DO MARANHÃO

Organizada pela OAB Maranhão em parceria com a ESA a VIII Conferência da Advocacia do Maranhão teve como tema central “Em Defesa da Democracia e Advocacia: Novos Desafios do Direito”, trouxe à baila, durante três dias, o debate sobre o atual cenário político e econômico brasileiro, bem como a crise de identidade moral que se instalou nas três esferas do poder. Após três dias de debates sobre os principais temas do

Direito, reunindo juristas renomados do cenário nacional, que contabilizou mais de dez horas de palestras com destaque para a palestra de abertura do evento ministrada pelo presidente do Conselho Federal Cláudio Lamachia e a de encerramento ministrada pelo jurista Luiz Flávio Gomes, presidente do Instituto Avante Brasil, ONG de pesquisa focada em políticas públicas, que falou sobre a “Operação Lava-Jato”.



## ▶ CURSO SOBRE REFORMA TRABALHISTA EM LAGO DA PEDRA

Dando início ao processo itinerante do Curso sobre Reforma Trabalhista, a Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão, iniciou pela Comarca de Lago da Pedra. A presidente da Subseção de Bacabal, Francisca Marlúcia Viana, ministrou palestra sobre a Reforma Trabalhista para um público de mais de 40 advogados e advogadas, a presidente falou sobre as principais reformas por meio da abordagem dos seguintes temas: alterações da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) dentro do Direito Material, Direito Processual.



## ▶ O COMPLIANCE NO SÉCULO XXI

Com o objetivo de esclarecer a advocacia maranhense sobre o compliance, a Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão trouxe para a classe a palestra “O Compliance no século XXI – origem, conceito e evolução (Lei nº 12846/13 – Lei Anticorrupção, ministrada pelo advogado Alexandre Fragoso.



## ▶ DEBATES SOBRE POLÍTICA DE INCLUSÃO DE GÊNERO NO PAÍS

A OAB, Seccional Maranhão, por meio da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero e da Escola Superior da Advocacia, participou da mesa redonda “Repensando Estratégias para adequação à nova política de inclusão de gênero no Brasil”. A realização é da Faculdade DeVry/ UNIFAVIP com o apoio da Escola Superior de Advocacia da OAB/MA, da Comissão da Diversidade Sexual e da Escola da Advocacia Geral da União. Na oportunidade, profissionais e pesquisadores atuantes que colocaram em debate a responsabilidade do poder público em identificar as situações reais de discriminação e desigualdade que atingem a comunidade LGBT e as possíveis soluções na criação de condições de exercício de cidadania em todos os espaços públicos.



## ► I CONGRESSO DE DIREITO DO TRABALHO DO MÉDIO MEARIM

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB Maranhão, realizou entre os dias 20 e 21 de setembro, na Subseção de Pedreiras, no auditório da Faculdade FAESF, o I Congresso de Direito do Trabalho do Médio Mearim, com o tema “A Relação de Trabalho a Luz da Reforma Trabalhista”. O Congresso contou com o apoio do Curso Parlatório Jurídico, da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pedreiras (ACIAP) e da Faculdade de Educação São Francisco de Pedreiras (FAESF) reuniu, em dois dias de evento, advogados, estudantes e juristas da região em torno de quatro palestras sobre as principais mudanças no ordenamento jurídico trabalhista com o advento da Lei 13.467/17.



## ► CURSO SOBRE REFORMA TRABALHISTA

Após o grande sucesso do Seminário sobre Reforma Trabalhista promovido pela Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão (ESA), na abertura do Mês do Advogado, e que levou conhecimento para mais de 400 advogados, em seus três dias de realização e da grande aceitação da advocacia na região do Médio Mearim com o Congresso de Direito do Trabalho no Médio Mearim, as Subseções de Barreirinhas e Santa Inês foram as contempladas com o Curso Prático sobre Reforma Trabalhista. Em dois dias de atividades, os advogados dessas duas Subseções puderam atualizar seus conhecimentos acerca das alterações da Lei 13.467/17.



## ► CURSO PJE CHAPADINHA

A Escola Superior de Advocacia (ESA), promoveu na Subseção de Chapadinha mais uma etapa do processo de atualização da advocacia com o curso sobre operacionalização do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).



## ► JORNADA BRASILCON

Durante dois dias a OAB por meio da ESA e em parceria Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor realizaram mais uma edição da JORNADA BRASILCON “Crise Política e Econômica e os efeitos na proteção do consumidor”.



## ▶ I SIMPÓSIO DE COMBATE AOS MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS

A Comissão de Defesa e Proteção dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, com apoio da Escola Superior de Advocacia realizou o “I Simpósio de Combate aos Maus-Tratos contra Animais”. O evento discutiu o que configura maus-tratos aos animais domésticos, silvestres ou exóticos e como proceder para garantir seus direitos, proteção e segurança.



## ▶ CURSO PJE BURITICUPU

A Escola Superior de Advocacia (ESA), promoveu na Comarca de Buriticupu mais uma etapa do processo de atualização da advocacia com o curso sobre operacionalização do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe). O curso foi ministrado pelo professor Mauro Ferreira.



## ▶ DIREITO EDUCACIONAL

A Comissão de Defesa da Educação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA) organizou em parceria com a Associação Brasileira de Direito Educacional (Abrade), o I Congresso Regional de Direito Educacional. O evento, contou com o apoio da ESA.



## ▶ DEFESA DAS PRERROGATIVAS NO MARANHÃO

Por uma advocacia mais fortalecida e respeitada, no que no mês de outubro, a OAB Maranhão promoveu o I Encontro Estadual de Valorização e Defesa das Prerrogativas que teve como tema “Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia”.



## ▶ CURSO SOBRE PLANEJAMENTO DE CARREIRA E GESTÃO DE ESCRITÓRIO

A Escola Superior da Advocacia da OAB Maranhão levou para a Subseção de Presidente Dutra o Curso Gestão de Escritório para Advogados. O curso, específico para advogados em início de carreira, buscou ofertar ferramentas eficazes para que esses profissionais redefinam o seu papel frente às tendências atuais a fim de atender as exigências do mercado jurídico.



## ▶ EM RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO ADVOGADO PROFESSOR

Em uma solenidade repleta de emoções e prestigiada por diversas autoridades ligadas ao ensino jurídico maranhense a OAB Maranhão e a Escola Superior da Advocacia (ESA) concederam a medalha Professor José Maria Ramos Martins, a 10 renomados professores das Universidades e Faculdades do ensino do Direito de São Luís. A medalha foi criada este ano pela OAB e pela ESA, para agradecer advogados professores por serviços prestados a Educação Jurídica no Maranhão e preservar a memória de José Maria Ramos Martins, falecido em setembro de 2016.



## ▶ CURSOS SOBRE REFORMA TRABALHISTA EM 5 SUBSEÇÕES

Dando continuidade ao programa de qualificação do advogado no interior maranhense, com o objetivo de fortalecer cada vez mais a advocacia através do conhecimento, é que A Escola Superior da Advocacia da OAB Maranhão levou para os advogados das Subseções de Codó, Bacabal, Pinheiro, Chapadinha e Timon o curso Prático sobre Reforma Trabalhista. A atividade aconteceu de 18 a 27 de outubro, fez parte da programação de palestras sobre o tema que percorreu todas as Subseções.



## ▶ CURSOS SOBRE REFORMA TRABALHISTA EM 4 SUBSEÇÕES

Encerrando a itinerância do Curso Prático sobre Reforma Trabalhista pelas suas Subseções, a OAB Maranhão, por meio a Escola Superior de Advocacia (ESA), em novembro, levou o curso para as Subseções de Açailândia, Presidente Dutra, Imperatriz e Barra do Corda. A atividade iniciou pela Subseção de Açailândia e foi encerrada na Subseção de Barra do Corda.



## ▶ COLÓQUIO MARÍTIMO E PORTUÁRIO

A Comissão de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro (CDMPA) da OAB Maranhão, com o intuito de instigar o debate sobre temas importantes da legislação do setor aquaviário brasileiro na advocacia e na sociedade, com o apoio da Escola Superior da Advocacia (ESA), promoveu o Colóquio Marítimo e Portuário. O evento foi dividido em dois painéis que trouxeram 7 palestras com temas atuais da legislação e do cenário marítimo portuário brasileiro como.



## ▶ ESA NA SUBSEÇÃO DE PEDREIRAS



A Subseção de Pedreiras foi contemplada com a instalação da antena de transmissão dos cursos telepresenciais, oferecidos pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). A OAB Maranhão, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA) segue investindo em qualificação para a advocacia maranhense.

## ▶ PJE NA CAPITAL



A OAB Maranhão, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), promoveu em São Luís, mais uma rodada do curso sobre operacionalização do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe). O curso foi ministrado pelo advogado e professor Emerson Moreira, na Sala da OAB, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

## ▶ CURSO SOBRE EMPREENDEDORISMO JURÍDICO

A Escola Superior de Advocacia (ESA) trouxe para a advocacia maranhense o curso de “Empreendedorismo Jurídico”, um novo mercado promissor para a classe advocatícia. O curso foi ministrado pelo advogado Robert Beserra, e teve o objetivo capacitar os profissionais do Direito para diagnosticarem e superarem problemas organizacionais, elaborarem estratégias e otimizarem os resultados de seus empreendimentos.



## ▶ CURSO PRÁTICO REFORMA TRABALHISTA EM SÃO LUÍS

Encerrando suas atividades letivas no mês de novembro, a Escola Superior de Advocacia da OAB Maranhão o Curso Prático sobre Reforma Trabalhista para advogados de São Luís. Durante três dias de aulas, o auditório da Seccional Maranhense da Ordem ficou lotado por advogados e estudantes de direito em busca de atualização sobre o a nova Lei. As aulas foram ministradas pelos professores Danielle Borralho e Alfredo Lima Góes, que é membro da Comissão da Advocacia Trabalhista da OAB/MA.



## ▶ CURSO PRÁTICO REFORMA TRABALHISTA EM SÃO LUÍS

A “Reforma Trabalhista: Todas as mudanças da Lei que você precisa saber” foi tema de palestra promovida pela OAB Maranhão, por meio da Escola Superior de Advocacia (ESA), no auditório da Ordem. O evento que contou com o apoio do Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG) teve como palestrante o juiz titular da Vara do Trabalho de Itumbiara (GO), e especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, Rodrigo Dias.



## ▶ CAPACITAÇÃO PARA ATUAR NA ARBITRAGEM



A Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA), trouxe para o advogado maranhense o minicurso: A Lei de Arbitragem e as alterações sofridas pela Lei 13.129/2015. Promulgada há quase duas décadas, a Lei de Arbitragem, n. 9.307, de 1996, necessitou de aperfeiçoamento para atender as modificações da sociedade e para sua aplicação a outras formas de relações jurídicas, contribuindo para a redução de ações judiciais no Poder Judiciário.

## ▶ CICLO DE PALESTRAS DA SUBSEÇÃO DE BACABAL

Entre os dias 05 e 06 de dezembro, a Subseção de Bacabal da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB/MA) e em conjunto com a Escola Superior de Advocacia promoveu um Ciclo de Palestras voltadas para a capacitação dos advogados e advogadas que militam na comarca. Na abertura dos trabalhos, a presidente da Comissão de Direito de Família da OAB/MA, Vivian Bauer, ministrou a palestra “Guarda Compartilhada: instrumento de combate à alienação parental”.



## ▶ CURSO PRÁTICO REFORMA TRABALHISTA EM BALSAS

A Escola Superior da Advocacia da OAB Maranhão levou para os advogados da Subseção de Balsas, entre os dias 13 e 14 de dezembro, no auditório da Subseção, o Curso Prático sobre Reforma Trabalhista. Atividade encerrou a itinerância do Curso que passou pelas Subseções de Imperatriz, Açailândia, Bacabal, Santa Inês, Barra do Corda, Pinheiro, Caxias, Pedreiras, Barreirinhas, Chapadina, Presidente Dutra, Timon, Codó e São João dos Patos.

**CURSO PRÁTICO**  
**Reforma Trabalhista**

SEDE DA SUBSEÇÃO  
BALSAS/MA

**13/12** | **14/12**  
18h às 22h | 08h às 12h  
14h às 18h

Professor  
**Alfredo Lima Goes**





Professor João Batista Ericeira,  
Diretor Geral da Escola Superior da  
Advocacia do Maranhão

Tivemos a sorte de ter como expositor na aula inaugural da Escola Superior de Advocacia da Seccional do Maranhão das Ordens dos Advogados-OAB, o professor Thiago Aguiar de Pádua, mestre e doutorando, assessorou o Supremo Tribunal Federal-STF e o Conselho Federal da OAB. É docente em várias instituições de ensino em Brasília, nas áreas do Direito Constitucional e do Civil. Seus textos são publicados em importantes sites jurídicos do país, entre eles, o de Lênio Streck. A última publicação versou sobre a obra do alemão Otto Bachof (1914-2006), e suas contribuições para o protagonismo exercido pelos ministros da Corte Suprema.

A conferência do professor Thiago insere-se em nosso projeto de abordar a Carta Magna, os pontos positivos e os negativos, ao longo de trinta anos de vigência. Antes, tivemos a extraordinária aula do professor José Renato Nalini, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, educador por vocação, atualmente exercendo as funções de Secretário Estadual de Educação de São Paulo. Foram dois momentos excepcionais.

Abrindo a exposição, Thiago de Pádua, situou a questão no âmbito do Direito Comparado, das constituições filiadas ao sistema romano-germânico, é o caso da nossa; e das que se vinculam ao sistema common-law, Inglaterra, suas ex-colônias, e Estados Unidos. Neste, a Corte Suprema é a fonte por excelência do Direito Constitucional, enquanto naquele é o Poder Legislativo. Não se pode perder de vista que o mundo está cada vez mais integrado e as influências se fazem de lado a lado. O modelo anglo-americano repercute no nosso e vice-versa. Importa mesmo é suscitar razões históricas e culturais que incidem sobre os países da América Latina na sua prática constitucional.

Para tanto, invocou o jurista argentino Roberto Gargarella e a sua tese a respeito da Sala de Máquinas das constituições latino-americanas e a vedação da entrada da população. No caso brasileiro, a primeira Constituição do país independente, a de 1824, mesmo a representação limitada não pôde ser exercitada. Mereceu a outorga do Imperador Pedro I, que se apresentava como o tutor das liberdades, em quadro de monarquia constitucional.

Veio a República, e a escrita permaneceu. Ruy Barbosa redigiu de próprio punho a Constituição de 1891, aprovada pelos marechais e por um grupo muito restrito. O povo a ignorava. Adveio a Revolução de Trinta e a primeira Carta Republicana, foi substituída pela de 1934, obedecendo ao mesmo procedimento de elaboração. Em 1937, o ditador Getúlio Vargas outorgou nova Constituição, recepcionando princípios nazi-fascistas dominando o mundo de então.

Derrotado o nazi-fascismo em 1945, derrubado

o ditador Getúlio Vargas pelas Forças Armadas, convocou-se Assembleia Nacional Constituinte, promulgando-se a Constituição de 1946 por semelhante processo. Durou até o golpe de 1964. A partir daí o país passou a ser regido por atos institucionais, as anti-constituições, incluindo as tentativas de 1967 e 1969.

O acordo de cúpula que resultou na eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, continha o compromisso da Convocação de Assembleia Nacional Constituinte. O cumprimento deu-se pelo velho caminho, transformando-se o Congresso Ordinário em Constituinte. Ciosa de suas prerrogativas a Assembleia não acolheu o Anteprojeto Afonso Arinos, resolveu elaborar texto próprio.

Como a de 1946, a Constituição de 1988, recepcionou as reivindicações dos setores organizados da sociedade, principalmente das corporações, atuantes na defesa de suas prerrogativas e direitos. Mas é inquestionável que a sala onde se fez a Constituição permaneceu inacessível para a população, continuando a tradição da América Latina. Apenas dela? Não. A Constituição dos Estados Unidos de 1787, elaborada por um grupo de iluminados maçônicos foi um documento produzido por George Washington, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, Alexander Hamilton, James Madison, inspirado nos ideais do enciclopedismo, expresso nas Declarações de Direitos, posteriormente incorporadas. Não teve ampla participação popular na sua confecção, baseava-se no princípio da igualdade de todos os homens, preocupava-se precipuamente em manter o pacto federativo. Depois que entrou em vigor em 1789, com sete artigos, recebeu 27 emendas, na maior parte de proteção dos indivíduos em relação ao poder, e de incorporação dos valores de maior justiça.

As eleições americanas são a maior prova de que na representação, o que prevalece é a Federação. Os eleitores do Presidente da República representam o pacto federativo, que por vezes contraria o voto popular, como ocorreu na última eleição.

A Suprema Corte dos Estados Unidos, como guardiã da Constituição, volta-se sempre para a proteção dos direitos contemplados pela "Bill of Rights" das emendas, conciliando-as com o preceito do federalismo. O nosso Supremo, é tribunal constitucional e última instância ordinária ao mesmo tempo. Em uma reforma, convém reduzir-lhe as competências, reservando-lhe a função primordial de guarda da Constituição.

No momento há profundas discordâncias entre seus membros acerca do real entendimento de um texto fundante. Thiago de Pádua acentua que em todas as experiências, o acesso à sala de máquinas onde se fazem as constituições é restrito. Assim, não importa como foram elaboradas, e sim, como os seus destinatários podem dela participar.

Baseado no alemão Otto Bachof, concluiu que para evitar a politização da Justiça, é conveniente dar aos ministros da Suprema Corte um mandato temporário. É para anotar.

## O Centenário da Faculdade de Direito

João Batista Ericcira é professor universitário e sócio majoritário de João Batista Ericcira Advogados Associados



**CENTENÁRIO DA  
FACULDADE  
DE DIREITO  
DO MARANHÃO**

A Faculdade de Direito do Maranhão completa cem anos de criação dia 28 de abril do ano corrente, computando-se o tempo da sua sucessora, a Faculdade de Direito de São Luís, posteriormente incorporada a Universidade Federal, em 1966, como Departamento Acadêmico. A efeméride reveste-se de elevado significado por testemunhar a materialização, ao longo de dez décadas, de projeto de capital importância para a política e a cultura do Estado.

Associam-se às comemorações entidades representativas de nossa sociedade: os Conselhos Federal e Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; o Tribunal de Justiça do Maranhão; a Universidade Federal do Maranhão; a Academia Maranhense de Letras; o Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública; a Universidade Estadual do Maranhão; a Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão; o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IEMA, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; a Escola de Formação de Governantes; o Centro Ignácio Rangel, a Academia Maranhense de Letras Jurídicas. Esta última instituição completará cento e dez anos. Criada em 1908, fruto do idealismo do mesmo grupo que concebeu a Faculdade de Direito e a Seccional da Ordem dos Advogados em 1932.

Quando me indagam sobre o traço fundamental da Faculdade de Direito, não reluto em responder: o compromisso maior, desde a gênese é, além da realização da justiça, com as letras, a prosa, a poesia, as artes. E nada mais natural, pois o Direito é, por excelência, um produto cultural. Argamassado na velha Roma, passou pela península Ibérica até aportar na nossa São Luís. Na manhã de 28 de abril de 1918, segundo a ata lavrada por Domingos Perdigão, por iniciativa de Alfredo Assis Castro, Antônio Lopes da Cunha, José de Almeida Nunes e Manoel Fran Paxeco, e dele próprio, resolveu fundar-se a Faculdade de Direito.

O ato foi presidido por Henrique de Couto, Secretário de Interior do Estado, que depois veio a dirigi-la de 1922 a 1934, dela afastando-se para exercer o mandato de deputado federal pelo Maranhão. Antes, exerceu vários cargos da Magistratura. Consta da ata que a iniciativa foi de Domingos Castro Perdigão, pai de Fernando Perdigão, que depois seria seu diretor. Ele recebeu merecida homenagem, por sugestão minha, o Fórum Universitário, em 1996, recebeu o seu nome.

Na primeira atividade do Fórum, convidei para a palestra inaugural o escritor Josué Montello, amigo pessoal de Fernando Perdigão, que na ocasião contou vários casos ligados a vida do jurista. Cumpre reiterar, na ata fundacional da Faculdade há a preocupação com “o renome de Atenas”, o nome e a tradição que o Maranhão já conquistara no cenário brasileiro.

A Faculdade de Direito do Maranhão nasceu, portanto, sob o signo do projeto ateniense. O vezo acadêmico está na sua semente, como consta do discurso em memória de Viana Vaz, o primeiro diretor, proferido pelo sucessor Henrique Couto, na noite de 6 de fevereiro de 1922. Verbis: “quando um grupo de intelectuais, rompendo a apatia do meio, e suplantando o desdém de muitos, cogitou de fundar a Academia de Direito do Maranhão, foi logo apontando o nome do Dr. Vaz para diretor, como uma das condições de viabilizar o tentamen”.

O projeto fora encampado pelo Governo do Estado, e em seguida aprovado pelo Conselho de Ensino Superior em 1924. Os seus dirigentes integravam a liderança política e cultural do Estado. Suas refeições de grau realizavam-se na Assembléia Legislativa, e tinham enorme repercussão, tal como o evento comemorativo da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, celebrado com o cinquentenário da vida literária de Ruy Barbosa. A solenidade ocorrida no Teatro São Luís (hoje, Arthur Azevedo), com a participação da Academia Maranhense de Letras, contou com o brilho oratório de Clodomir Cardoso, representando o corpo docente; de Alfredo de Assis, pela Academia; e do poeta Inácio Xavier de Carvalho, recitando ode de sua autoria sobre as festividades.

O prédio da Rua do Sol, adquirido em 1923 dos herdeiros do poeta Inácio Xavier de Carvalho, com recursos da Associação Comercial e do Governo do Estado, depois seria identificado fisicamente com a História da Faculdade de Direito do Maranhão, que este ano celebraremos, desenvolvendo múltiplas atividades como: seminários, mostras fotográficas, outorga de medalhas, publicação de livros.

A Seccional da OAB, por seu presidente Thiago Diaz, tem se empenhado na realização desse objetivo, afinal, muitos dos seus presidentes, só para lembrar alguns, foram professores, alunos, e diretores da Faculdade de Direito: João Hermógenes Matos, Newton Belo, Antenor Bogéa, José Ribamar Cunha Oliveira.

O ano é curto para os preitos de gratidão que nós maranhenses tributaremos aos nossos maiores, que nos legaram tão caras tradições, muitas delas na área do Direito.



**Lilianne Furtado**  
**Diretora Executiva**  
**da Escola Superior da Advocacia do**  
**Maranhão**

**A** Ordem dos Advogados do Brasil se fortalece cada vez mais institucionalmente e contribui, efetivamente, em conjunto com os demais órgãos competentes, na luta para o aprimoramento das instituições democráticas, especialmente, na defesa da Constituição, dos Direitos Humanos, da justiça social e do Estado Democrático de Direito.

Para exercer esse mister com excelência, o advogado que é “indispensável à administração da Justiça”, conforme preceitua o artigo 133 da Carta Magna de 1988, precisa prestar um bom serviço à sociedade na luta pelos seus direitos, para tanto, deve estar sempre atualizado, capacitado e qualificado. Essa realidade, gerou a necessidade de criar as escolas superiores da advocacia.

Neste contexto, a Escola Superior de Advocacia da OAB – Seccional Maranhão, cuja finalidade é aperfeiçoar e atualizar cultural, técnica, científica e profissionalmente os advogados através de cursos, seminários, ciclo de estudos, palestras, congressos e pós-graduações, apresenta ao Conselho Seccional, à comunidade advocatícia e ao público interessado, o relatório das atividades desenvolvidas no ano de 2017.

A educação continuada se impõe como imperiosa, não só no campo do Direito como em todas as áreas do conhecimento humano, no Relatório de Atividades de 2017 ficam visíveis os esforços da ESA/MA no sentido de atender a demanda da classe advocatícia.

Não podemos deixar de destacar que o conjunto de realizações não seria possível sem o apoio da Diretoria e do Conselho Seccional, liderados pelo presidente Thiago Diaz, como também se deram devido às parcerias firmadas com as Comissões, com os Presidentes das Subseções e com os delegados da ESA e tantos outros colaboradores que, com espírito de equipe, coesão e unidade nas ações contribuíram efetivamente para o sucesso dos resultados alcançados. A estes, o reconhecimento e a gratidão da Diretoria da ESA/MA.

Abaixo apresentamos um resumo em números dos cursos, palestras e eventos organizados pela ESA em 2017 e que levaram qualificação para 5.948 (cinco mil, novecentos e quarenta e oito) alunos em São Luís e também no interior do Estado, em todas as 15 (quinze) subseções.

**A** ESA iniciou suas atividades do ano de 2017 com a Aula Inaugural, realizada em 02 de fevereiro sobre o tema “A Aplicação do Novo CPC: Primeiros Resultados”, proferida pela Dra. Estefânia Ferreira de Souza de Viveiros, marcando o início do ano letivo da Escola Superior de Advocacia – ESA.

A aula abordou a contagem de prazos em dias úteis, férias dos advogados e honorários advocatícios, o estímulo à mediação e à conciliação, entre outros benefícios e novidades trazidas pelo Novo CPC.

O convite à Dra. Estefânia Viveiros, professora e advogada formada pela Universidade de Brasília – UnB e Doutora em Direito Processual Civil pela PUC/SP, também sendo ex-presidente da Comissão Especial de Estudo do Anteprojeto do Novo Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB (2013/2016) e Presidente da Comissão Especial de Análise da Regulamentação do Novo Código de Processo Civil do Conselho Federal da OAB, Portaria N.º 19/2016, de 07 de abril de 2016, evidencia a preocupação da direção da Escola em atualizar e capacitar a classe. Esta atividade contou com a participação de 179 pessoas.

Foram inúmeros os seminários, debates, palestras, cursos e abordagens na Seccional e nas Subseções, durante todo o ano letivo. Podemos destacar em especial o curso de Processo Judicial Eletrônico – Pje, Curso de Atualização do Novo Processo Civil e Cursos e Palestras sobre as mudanças trazidas com a Reforma Trabalhista, o que despertou e atraiu grande número de advogados, estudantes e tantos outros profissionais, foram oferecidos na capital São Luís, contemplando também as Subseções.

A atual gestão da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão – OAB/MA, tem em suas diretrizes a busca pela qualificação e valorização do profissional da advocacia e, para reafirmar esta premissa, se reuniu em 18 de julho, com os coordenadores de cursos de Direito das instituições de São Luís para tratar sobre diversos assuntos de interesse da classe.

O presidente da Ordem, Thiago Diaz, a diretora tesoureira, Deborah Cartágenes e os diretores da ESA, professor João Batista Ericeira e Lilianne Furtado, conduziram a reunião que abordou: a programação da VIII Conferência Estadual de Advocacia do Maranhão, a qualificação do profissional em advocacia e a campanha de valorização do Professor Advogado.

A Seccional Maranhense, firme no compromisso

com a valorização da advocacia, principalmente com o respeito e reconhecimento ao advogado militante, aos anseios da classe, a visão integrativa entre o exercício profissional, qualificação, sociedade e confraternização entre os pares, apresentou uma programação intensa durante todo o mês do advogado, com diversas atividades e eventos voltados para a qualificação, levando conhecimento para o profissional da advocacia que atua no Maranhão. As atividades foram desenvolvidas através de suas diversas comissões e de suas Subseções. Ainda em agosto, no Mês do Advogado o ponto culminante do ano letivo foi a VIII Conferência Estadual de Advocacia do Maranhão que aconteceu de 23 a 25 deste mês, no Hotel Luzeiros, e reuniu diversas autoridades do direito e do Judiciário que debateram ao longo desses três dias, sobre a defesa da democracia e do advogado.

Além disso, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados durante o magistério jurídico, e em alusão ao mês do Professor, é que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão – OAB/MA e a Escola Superior da Advocacia – ESA, homenagearam em 25 de outubro, no Plenário Hermann Assis Baeta, sede da OAB, 10 autoridades ligadas ao ensino jurídico do Estado por meio da outorga da medalha Professor José Maria Ramos Martins, em uma solenidade repleta de emoções e prestigiada por diversas autoridades ligadas ao ensino jurídico maranhense.

A Medalha “Professor José Maria Ramos Martins” foi criada este ano pela OAB/MA e pela ESA, para agradecer advogados professores por serviços prestados a Educação Jurídica no Maranhão e preservar a memória de José Maria Ramos Martins, falecido em setembro de 2016. Além dos cargos ocupados na Ordem dos Advogados do Maranhão, o professor José Maria Ramos Martins integrou diversos colegiados, dentre eles, o Conselho de Cultura; o Conselho de Educação, presidido muitos anos por ele. Foi Membro da Academia Maranhense de Letras; do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, onde ocupava a cadeira nº 35.

Durante todo o ano, praticamente todos os temas relevantes da advocacia foram abordados em palestras e eventos diversos.

Nesta oportunidade, destacamos apenas alguns eixos da programação da ESA, em parceria com diversas Comissões, que muito contribuíram para o bom êxito e sucesso no alcance dos objetivos de disseminação de conhecimento.

## RELATÓRIO - Tabela de eventos ESA/MA 2017

Abaixo temos uma tabela resumo com a quantidade do número de eventos realizados pela ESA, Cursos online e presenciais, seminários, plaestras, workshop, conferências e congressos, bem como a carga horária e a quantidade de alunos presentes em São Luís e nas 15 Subseções da Ordem.

| MÊS          | EVENTOS ESA | CARGA HORÁRIA     | ALUNOS PRESENTES |
|--------------|-------------|-------------------|------------------|
| Janeiro      | 04          | 44H               | 74               |
| Fevereiro    | 08          | 66H               | 644              |
| Março        | 10          | 102H              | 377              |
| Abril        | 09          | 67H               | 760              |
| Maio         | 09          | 69H               | 298              |
| Junho        | 08          | 57H               | 167              |
| Julho        | 02          | 16H               | 289              |
| Agosto       | 15          | 109H              | 1.139            |
| Setembro     | 12          | 95H               | 512              |
| Outubro      | 20          | 146H              | 985              |
| Novembro     | 12          | 86H               | 607              |
| Dezembro     | 05          | 30H               | 96               |
| <b>Total</b> | <b>114</b>  | <b>887 H/AULA</b> | <b>5.948</b>     |

Te todos os cursos oferecidos pela Escola Superior de Advocacia ao longo de 2017, os que tiveram mais número de inscritos foram os de Processo Judicial Eletrônico, os relativos à atualização sobre o Novo Código de Processo Civil e os Cursos sobre Reforma Trabalhista. Os números abaixo comprovam isso.

**156** **Processo Judicial Eletrônico**

**433** **Novo Código de Processo Civil**

**788** **Reforma Trabalhista**



\*Sergio Tamer

**É** princípio assente nas democracias que o devido processo legal, como garantidor dos princípios constitucionais e processuais, é que torna justa e legítima a aplicação da pena ou a absolvição do réu,

restando os demais procedimentos como típicos dos tribunais de exceção.

O Supremo Tribunal Federal, no Brasil, nos últimos meses, tomou algumas posições de acesa polêmica, ora ultrapassando a sempre tênue linha que demarca a separação dos poderes e os atos políticos-jurídicos que lhes são inerentes, ora mitigando garantias expressas no texto constitucional, a exemplo do princípio da presunção de inocência insculpido no Art. 5, inc. LVII da Constituição Federal de 88, ao estabelecer que esse princípio não se configuraria, em si, como obstáculo à execução da pena enquanto pendente de apreciação os recursos especiais extraordinários. Por seu turno, as prisões preventivas e as medidas cautelares têm sido utilizadas aos borbotões, muitas vezes em nítido atropelo constitucional, mas quase sempre acompanhadas de excitantes espetáculos midiáticos. O respeitável público, majoritariamente, gosta e aplaude.

Muitos debates acadêmicos e doutrinários que já ocorreram até aqui, tratando sobre essa temática, nos dão bem a dimensão do imbróglio jurídico-constitucional que se formou e que está a desafiar, sobretudo, a argúcia de juízes e advogados.

Não estamos falando – é bom que se ressalve – de omissões legislativas, nem tampouco de normas programáticas que exigem o esforço criativo e constitutivo das decisões judiciais na direção das garantias e dos direitos fundamentais, sobretudo no campo dos direitos sociais, mas sim de decisões que fazem o caminho inverso, afrontando princípios constitucionais garantistas. Nem o “judicial activism” ousaria tanto!

O modelo garantista de que nos fala Ferrajoli é uma ampliação do significado de “garantias” justamente no âmbito do direito penal. Ao surgir na cultura italiana de esquerda na segunda metade dos anos setenta, o garantismo aparece associado à tradição clássica do pensamento penal liberal. É típico, pois do iluminismo jurídico, da tutela do direito à vida, à integridade e à liberdade pessoal frente ao poder punitivo. Assim, garantismo e direito penal mínimo são termos sinônimos que

expressam um modelo teórico e normativo de direito penal que intenta minimizar a violência da intervenção punitiva.

Dessa maneira, ao falar do fundamento democrático da legitimização do poder punitivo, Ferrajoli afirma que se o significado de “democracia” equivalesse à “vontade da maioria”, ficaria excluída toda possibilidade de fundar uma axiologia democrática e garantista do direito penal. Nesse sentido, a legitimação do poder judicial não é “democrática” se a entendemos somente como vontade da maioria, pois o próprio Norberto Bobbio já se referiu ao tema dizendo que “a batalha pelo garantismo sempre foi uma batalha da minoria”. É nesse ponto que Ferrajoli afirma que “não se pode condenar ou absolver a um homem porque convém aos interesses ou à vontade da maioria. Nenhuma maioria, por esmagadora que seja, pode fazer legítima a condenação de um inocente ou a absolvição de um culpado”.

Portanto, a democracia que queremos no âmbito jurídico-político não é a democracia das maiorias volúveis, mas a democracia constitucional, ou “de direito”, a qual faz referência não à maioria, senão “ao que” é o que não pode decidir nenhuma maioria, nem sequer por unanimidade, situação em que as constituições democráticas convencionaram subtrair à vontade da maioria, nomeadamente no campo dos direitos fundamentais. As garantias, incorporadas nas constituições, são como fontes de legitimação jurídica e política das concretas decisões no âmbito penal. Nesse ponto, apoiado no pensamento de Dworkin, o autor de “Democracia e garantismo” afirma que precisamente porque os direitos fundamentais e suas garantias são “direitos e garantias frente à maioria”, também o poder judicial, a quem se encomenda sua tutela, deve ser um poder virtualmente “frente à maioria”.

A leitura do mestre italiano serve de reflexão, nestes tempos de vaidades exacerbadas e de busca de protagonismos midiáticos, onde medra a prática de um “punitivismo populista”, para que nossos juízes do STF não caiam na tentação de fazer uma espécie de “ativismo judicial às avessas”, pois, ao atropelar os direitos fundamentais constitucionalmente garantidos, retiram a legitimidade da jurisdição.

**Sergio Victor Tamer** é professor e advogado, presidente do CECGP, mestre e doutor em Direito Constitucional, e autor dos livros: “Atos Políticos e Direitos Sociais nas Democracias”; “Fundamentos do Estado Democrático e a Hipertrofia do Poder Executivo no Brasil” (Fabris Editores, Porto Alegre); “Legitimidad Judicial en la Garantía de los Derechos Sociales” (Ed. Ratio Legis -ES).



📍 SÃO LUÍS - MA

*Invista*

no melhor que  
você pode ser!

MBA

**GESTÃO JURÍDICA**

PÓS-GRADUAÇÃO

**CIÊNCIAS & LEGISLAÇÃO  
DO TRABALHO**

IPOG.EDU.BR  
3190-8196

**IPOG**

INSTITUTO DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
& GRADUAÇÃO

